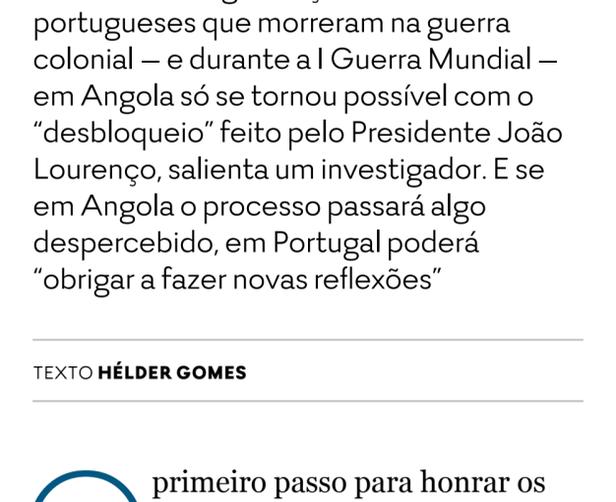
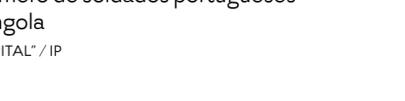


GUERRA COLONIAL

A “ritualização da memória” dos soldados tombados em Angola poderá “obrigar a fazer novas reflexões em Portugal”



O ministro João Gomes Cravinho diz que não há uma ideia exata do número de soldados portugueses tombados em Angola

FOTO ARQUIVO "A CAPITAL" / IP

O ministro português da Defesa fala na necessidade de “honrar” quem morreu no cumprimento do seu dever e afirma mesmo tratar-se de “um dever de memória”. A dignificação dos militares portugueses que morreram na guerra colonial – e durante a I Guerra Mundial – em Angola só se tornou possível com o “desbloqueio” feito pelo Presidente João Lourenço, salienta um investigador. E se em Angola o processo passará algo despercebido, em Portugal poderá “obrigar a fazer novas reflexões”

TEXTO **HÉLDER GOMES**

O primeiro passo para honrar os soldados portugueses que morreram em Angola durante a guerra colonial foi dado esta terça-feira, em Luanda, com o início dos contactos entre os Governos dos dois países. Não se trata de “distinguir entre portugueses e angolanos” mas de “honrar aqueles que morreram no cumprimento dos seus deveres”, esclareceu o ministro português da Defesa, João Gomes Cravinho. O governante foi recebido pelo ministro angolano dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, João Ernesto “Liberdade”. “Temos aqui em Angola seguramente muitos soldados do período da guerra colonial e até de períodos mais antigos que não foram devidamente reconhecidos”, acrescentou Gomes Cravinho, à saída do encontro.

O ministro referiu que não há uma ideia exata do número de soldados portugueses tombados em Angola. Contudo, segundo um levantamento das autoridades locais, estão sepultados em dois cemitérios da província de Luanda – o cemitério do Alto das Cruzes e o de Santana – os restos mortais de mais de mil militares portugueses. Considerando que honrar esses soldados é “um dever de memória”, Gomes Cravinho disse que no Alto das Cruzes, que visitou na quarta-feira, “há militares portugueses da I Guerra Mundial, que faleceram já idosos em Angola, e também militares do período da guerra colonial”. E “há todo um trabalho a fazer na dignificação das suas campas”, sublinhou.

Esse trabalho já foi feito em Moçambique e na Guiné-Bissau, lembra Vasco Martins, investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. “O que tínhamos em Angola era um bloqueio político deste tipo de assuntos”, conta ao Expresso. O desbloqueio só terá sido possível com a saída do antigo Presidente José Eduardo dos Santos e a eleição do atual chefe de Estado, João Lourenço, em 2017, adianta. Tudo começou em setembro do ano passado, com o regresso do corpo do general “Ben Ben”, antigo vice-chefe do Estado-Maior do então exército da UNITA que viria a juntar-se às Forças Armadas Angolanas.

“UMA ANAMNESE DA MEMÓRIA”

O funeral iminente do antigo líder da UNITA Jonas Savimbi, morto pelas forças governamentais em 2002, e uma discussão ampla sobre a tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977 abriram caminho para a questão dos soldados portugueses, equaciona o investigador, que classifica o desbloqueio como “uma anamnese da memória”. “João Lourenço conseguiu colocar todas estas reivindicações de memória na agenda política”, avalia Vasco Martins, que salienta um outro dado: “Uma grande parte das Forças Armadas Portuguesas era composta por angolanos, guineenses e moçambicanos que combatiam ao lado dos portugueses contra os movimentos de libertação dos seus países.” “Essas pessoas também terão os seus nomes inscritos nas sepulturas junto dos camaradas portugueses”, diz.

O ministro Gomes Cravinho agradeceu a abertura do Governo angolano “para acolher o interesse português em dignificar os cemitérios onde se encontram enterrados esses mortos”. Em junho, uma equipa da Liga dos Combatentes deslocar-se-á a Angola para “fazer o levantamento e organizar um plano”, anunciou o governante português. Para o titular da pasta da Defesa, foi “muito importante” a visita que fez ao cemitério para “compreender o estado em que estão as campas e ter uma ideia do trabalho que precisa de ser feito”. O levantamento da situação começará por Luanda para depois se estender a outras regiões do país, revelou ainda. O momento de memória comum será “um fator unificador dos povos”, “tal como na Europa as celebrações do centenário da I Guerra Mundial são um momento de unidade e não de separação”, frisou.

“AUTÊNTICAS ROMARIAS DE ANTIGOS MILITARES”

O responsável pelos cemitérios na capital angolana, Filipe Mahapi, revelou à agência Lusa que “no Alto das Cruzes temos mais de 400 e no cemitério de Santana temos para cima de 600, números catalogados e registados nos nossos arquivos em Luanda”. De acordo com Mahapi, entre os restos mortais de militares portugueses depositados naqueles dois cemitérios coloniais da capital estão também soldados que tombaram noutras províncias do país e foram trasladados para os dois locais.

A dignificação é uma questão sobre a qual já se fala há muito tempo e responderá aos anseios dos familiares dos soldados mortos e dos seus ex-camaradas, sublinha, por sua vez, o investigador do CES. Nos casos da Guiné-Bissau e de Moçambique, “há autênticas romarias de antigos militares que serviram” nos dois países. “Eles compram viagens por cerca de três mil euros, vão com a mulher e com os filhos e fazem todo um trajeto pelos sítios onde combateram, passando pelas sepulturas dos camaradas enterrados. Há toda uma ritualização da memória”, refere.

Trata-se de “um processo calmo e silencioso que visa dignificar a sepultura, os nomes, o cemitério e o espaço envolvente”, descreve Vasco Martins, que tem “muitas dúvidas de que isto venha a ter grandes ecos na sociedade angolana”. Já em Portugal, poderá “obrigar a fazer novas reflexões e pensar, por exemplo, na participação de militares africanos nas Forças Armadas Portuguesas”. “Isso seria bom”, remata.

Os ministros da Defesa português e angolano, João Gomes Cravinho e Salviano de Jesus Sequeira, durante a Reunião da Comissão Bilateral, em Luanda

FOTO AMPE ROGÉRIO / LUSA

O ministro Gomes Cravinho agradeceu a abertura do Governo angolano “para acolher o interesse português em dignificar os cemitérios onde se encontram enterrados esses mortos”. Em junho, uma equipa da Liga dos Combatentes deslocar-se-á a Angola para “fazer o levantamento e organizar um plano”, anunciou o governante português. Para o titular da pasta da Defesa, foi “muito importante” a visita que fez ao cemitério para “compreender o estado em que estão as campas e ter uma ideia do trabalho que precisa de ser feito”. O levantamento da situação começará por Luanda para depois se estender a outras regiões do país, revelou ainda. O momento de memória comum será “um fator unificador dos povos”, “tal como na Europa as celebrações do centenário da I Guerra Mundial são um momento de unidade e não de separação”, frisou.

O responsável pelos cemitérios na capital angolana, Filipe Mahapi, revelou à agência Lusa que “no Alto das Cruzes temos mais de 400 e no cemitério de Santana temos para cima de 600, números catalogados e registados nos nossos arquivos em Luanda”. De acordo com Mahapi, entre os restos mortais de militares portugueses depositados naqueles dois cemitérios coloniais da capital estão também soldados que tombaram noutras províncias do país e foram trasladados para os dois locais.

A dignificação é uma questão sobre a qual já se fala há muito tempo e responderá aos anseios dos familiares dos soldados mortos e dos seus ex-camaradas, sublinha, por sua vez, o investigador do CES. Nos casos da Guiné-Bissau e de Moçambique, “há autênticas romarias de antigos militares que serviram” nos dois países. “Eles compram viagens por cerca de três mil euros, vão com a mulher e com os filhos e fazem todo um trajeto pelos sítios onde combateram, passando pelas sepulturas dos camaradas enterrados. Há toda uma ritualização da memória”, refere.

Trata-se de “um processo calmo e silencioso que visa dignificar a sepultura, os nomes, o cemitério e o espaço envolvente”, descreve Vasco Martins, que tem “muitas dúvidas de que isto venha a ter grandes ecos na sociedade angolana”. Já em Portugal, poderá “obrigar a fazer novas reflexões e pensar, por exemplo, na participação de militares africanos nas Forças Armadas Portuguesas”. “Isso seria bom”, remata.

